

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL
S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, CONTROLE E
FINANÇAS DA PPSA.

Referência: **IL.PPSA.104/2018 – Credenciamento de Escritórios de Advocacia**

NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS, escritório de advocacia inscrito no CNPJ sob o nº 22.964.948/0001-08, com endereço no SAUS Quadra 05 Bloco K Ed. OK Office Tower Salas 812/817, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-050, e-mail: secretaria@niloalmeidaadvogados.com e site <https://www.niloalmeidaadvogados.com>, neste ato representado por sua sócia administradora, Bruna Freitas de Carvalho, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/DF 37.277, portadora do CPF nº 699.264.921-34 e com domicílio profissional sito no SAUS, Quadra 05, Bloco K, Ed. OK Office Tower, Salas 812/817, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-050, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o resultado do julgamento do processo de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que tem por objeto o credenciamento de Escritórios de Advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à Consultoria Jurídica da PPSA, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.



1. CABIMENTO

O presente recurso administrativo tem o seu cabimento expressamente previsto no item 13 do Edital “IL.PPSA.104/2018”, que, em seu item 13.1, prevê o seguinte:

13.1. Dos atos administrativos praticados pela PPSA neste certame, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, conforme previsto no art. 62 do RILC-PPSA.

Ademais, o art. 59, § 1º, da Lei n. 13.303/16, assim dispõe:

Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

Assim, plenamente cabível e tempestivo o presente recurso, uma vez que se volta contra o resultado do julgamento do credenciamento em referência, publicado no DOU em 03.12.2018.

2. DO CONTEXTO FÁTICO

O Edital “IL.PPSA.104/2018” abriu processo de credenciamento para cadastrar Escritórios de Advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à Consultoria Jurídica da PPSA, sem exclusividade e sem vínculo empregatício.

Após a apresentação dos documentos de habilitação, a PPSA publicou resultado de julgamento que, no ponto que interessa ao presente recurso, negou o credenciamento do escritório Nilo & Almeida Advogados Associados, ora recorrente, sob os seguintes fundamentos:



2.7) Nilo & Almeida Advogados Associados, pelos seguintes motivos: Não atendimento ao item "I) Experiência", subitem "2", estabelecido no capítulo "8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO" do Anexo I - Termo de Referência do Edital, pois não foi apresentado, ao menos 1 (um), documento comprobatório da execução de serviços referentes a Área de Atuação 1 nos seguintes subitens: "2) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou declarações (...) os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada: (i) questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; E (...) " Com relação ao item "II) Infraestrutura" estabelecido no capítulo "8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO" do Anexo I - Termo de Referência do Edital, o escritório informou que apresentaria prova de instalação do escritório na cidade do Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato.

Como se vê, dois foram os fundamentos para a não habilitação do escritório recorrente: (I) suposta não apresentação de documento comprobatório da execução de serviços referentes a “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural” e (II) “o escritório informou que apresentaria prova de instalação do escritório na cidade do Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato”.

Entretanto, nenhum desses dois fundamentos poderia ter sido utilizado pela PPSA para deixar de credenciar o ora recorrente, uma vez que o escritório Nilo & Almeida Advogados Associados comprovou sim a execução de serviços em questões regulatórias relacionadas a petróleo e gás natural e há previsão no edital de que é possível comprovar a instalação do escritório no Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato.

Senão vejamos.

3. DA REGULARIDADE QUANTO À INFRAESTRUTURA: É POSSÍVEL COMPROVAR A INSTALAÇÃO QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO.



As licitações regidas pela Lei n. 13.303/16, como a objeto deste recurso, também devem observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que os arts. 31 e 69, VIII, da referida lei são expressos nesse sentido:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Art. 69. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

VIII - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;

Nesse contexto, deveria a PPSA ter observado a disposição do Edital “IL.PPSA.104/2018” que estabelece, no item 8, II, **que é facultado ao escritório licitante se instalar na cidade do Rio de Janeiro na data de assinatura do contrato de credenciamento, in verbis:**

8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

II) Infraestrutura

Essencial:

- Com o objetivo de atender prontamente as demandas da PPSA, o escritório deve estar localizado na Cidade do Rio de Janeiro, **ficando a data de assinatura do contrato de credenciamento estabelecida como o prazo final para a instalação do escritório.** (grifou-se)

Nesse sentido, ao contrário do que fez crer a decisão ora recorrida, não há qualquer irregularidade na conduta do escritório Nilo & Almeida de informar “que apresentaria prova de instalação do escritório na cidade do Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato”.



A PPSA, ao não acolher a declaração do ora recorrente de que instalaria o escritório quando da assinatura do contrato, **violou, a um só tempo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da legalidade**, uma vez que o edital é a lei de uma licitação.

Curioso notar que a própria decisão ora recorrida, ao apreciar os documentos de habilitação do “Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni”, **informa que esse licitante poderia superar o não cumprimento do requisito do capítulo 8, item II – Infraestrutura – “se o consórcio apresentasse prova de instalação do escritório na cidade do Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato”**. Nesse sentido, o trecho da decisão:

2.3) Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni, pelos seguintes motivos: (...)

Não atendimento ao item "II) Infraestrutura" estabelecido no capítulo "8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO" do Anexo I - Termo de Referência do Edital, pois os escritórios que formam o consórcio estão localizados na cidade de Porto Alegre, cidade também escolhida como local para constituição do consórcio. No entanto, é requisito essencial o credenciado ter escritório na cidade do Rio de Janeiro e **não foi encontrada qualquer declaração com compromisso dos proponentes de criação de escritório nesta localidade. Não obstante o não atendimento deste requisito essencial, entende-se que, em função de sua redação, seria possível saneá-lo se o consórcio apresentasse prova de instalação do escritório na cidade do Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato fosse este o único requisito essencial não atendido, possibilidade que não se verifica;**

Como se vê, **afronta gravemente o princípio da isonomia** a declaração expressa de que a PPSA aceitaria a declaração de um licitante que assumisse o compromisso de instalar seu escritório no Rio de Janeiro quando da assinatura do contrato quando, por outro lado, não aceitou a mesma declaração do escritório ora recorrente.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou-se no sentido de que é inviável exigir como condição de habilitação a instalação de sede ou de estrutura na localidade da prestação dos serviços, uma vez



que isso impõe custos excessivos aos licitantes e acaba por **restringir a competitividade**.

Desse modo, a Corte de Contas somente autoriza a exigência de instalação de estrutura física na sede da prestação dos serviços no momento da assinatura do contrato, *in verbis*:

“22. Ocorre que, como bem observou a unidade técnica, "a argumentação de que tal restrição atenderia ao princípio da economicidade, pois empresas sediadas em outros estados teriam custos elevados, não procede. Afinal, é função do procedimento licitatório a escolha da proposta mais vantajosa para a administração. Não cabe, portanto, excluir possíveis participantes presumindo que não poderiam oferecer propostas competitivas. A referência ao Acórdão 1214/2013 - TCU - Plenário também deve ser adaptada ao caso concreto. **Se o Inca entender pela necessidade de a empresa contratada vir a instalar escritório em local previamente definido, que estabeleça prazos para tal a partir da assinatura do contrato, abstendo-se de estabelecer tal requisito como critério de habilitação para participação no certame.** Vale assinalar, ainda, que tal entendimento deverá ser respaldado em análise técnica quanto à necessidade de fato de tal exigência.".

Acórdão:

9.1. conhecer da presente representação, [...] para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

[...]

9.3. dar ciência ao Instituto Nacional do Câncer - INCA das seguintes **irregularidades**:

[...]

9.3.3. **exigência de que os licitantes comprovem possuir representação e equipe técnica para atendimentos emergenciais na cidade do Rio de Janeiro**, identificada no itens 9.8.4 do edital do pregão eletrônico 232/2013, o que afronta o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;" (Acórdão TCU n. 273/2014 – Plenário, data da sessão 12/02/2014; Relator BENJAMIN ZYMLER, grifou-se)

Esse entendimento encontra guarida também na impossibilidade de se vetar o acesso a licitação daquela empresa ou profissional que não seja da localidade do órgão contratante, uma vez que não se pode restringir a competitividade em razão da “naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes”, conforme estabelecido no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93, assim expreso:



Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, **da sede ou domicílio dos licitantes** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (grifou-se)

Sobre o tema há, ainda, Súmula do Tribunal de Contas da União, que assim prevê:

Súmula 272/TCU: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Desse modo, deve ser reformada a decisão recorrida para se admitir o cadastramento do recorrente, diante da apresentação de declaração em que o mesmo se compromete a estabelecer escritório na cidade do Rio de Janeiro na data da assinatura do contrato.

4. DA APRESENTAÇÃO DE DIVERSOS ATESTADOS QUE COMPROVAM A EXPERIÊNCIA DO RECORRENTE EM QUESTÕES REGULATÓRIAS RELACIONADAS À EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.



Também deve ser reformada a decisão recorrida no ponto em que inabilitou o escritório recorrente pelo suposto não atendimento ao item “I) Experiência”, subitem 2, estabelecido no capítulo 8 do edital. A PPSA afirmou que o escritório não apresentou “ao menos 1 (um), documento comprobatório da execução de serviços referentes a Área de Atuação 1 nos seguintes subitens: ‘2) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou declarações (...) os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada: (i) questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; E (...)”.

Na verdade, o escritório recorrente **apresentou 5 (cinco) atestados para comprovar experiência nessa área de atuação**, relacionada ao direito regulatório do petróleo e gás natural. Esses atestados foram assim redigidos:





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU
GABINETE DO PREFEITO
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro – CEP: 48110-000 Catu-Bahia
Fone: (0**71) 3641-8211/8200 E-mail: prefeitura@catu.ba.gov.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesta-se, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que o advogado testa-se aptidão de desempenho e execução, Edvaldo Nilo de Almeida, Nilo & Almeida Advogados Associados, pessoa jurídica de direito privado, sociedade simples, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.964.948/0001-08, com sede no SAUS Quadra 05 Bloco K Ed. OK Office Tower, Salas 812/817, CEP: 70.070-050, Brasília/DF, presta serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica contenciosa judicial para recuperação, incremento, indenização, correção monetária e acompanhamento dos repasses de royalties de petróleo e gás natural feitos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ao MUNICÍPIO DE CATU, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 13.800.685/0001-00, com sede na Praça Duque de Caxias, s/n, Centro – CEP 48.110- 000, Catu-Bahia.

Registramos, ainda, que a prestação dos serviços jurídicos e administrativos vem apresentando êxito, tendo que o advogado contratado cumpre fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente.

Para fins de comprovação de atuação, segue abaixo processos protocolados, até a efetiva apresentação do atestado, em razão da continuidade dos serviços jurídicos prestados;

Número do Processo	Instância de Atuação	Assunto
0008124-30.2016.4.01.3400 -	8ª Vara - seção judiciária do DF	Instalação
0039187-88.2016.4.01.0000	6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Instalação (AGI)
1015597-16.2017.4.01.3400 -	8ª Vara - seção judiciária do DF	Correção Monetária

Catu - Bahia, 01 de agosto de 2018.


GERANILSON DANTAS REQUIÃO
Prefeito Municipal de Catu

Esse atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público, revela que o escritório requerente, sem sombra de dúvidas, atuou em processos judiciais diretamente relacionados às questões regulatórias relacionadas com a legislação



aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural. Isso porque, além de informar que o escritório prestou serviços advocatícios e técnicos “para recuperação, incremento, indenização, correção monetária e acompanhamento dos repasses de royalties de petróleo e gás natural feitos pela ANP”, o atestado também informa os números dos processos judiciais nos quais houve essa atuação.

Em todos os referidos processos judiciais houve intensa discussão sobre “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural” (conforme “Área de Atuação 1”, “subitem 2”, “inciso (i)”, do edital). O próprio atestado é categórico nesse sentido ao indicar o número de cada demanda e o tema nela tratado: “008124-30.2016.4.01.3400 – Instalação”, “0039187-88.2016.4.01.0000 – Instalação (AGI)” e “1015597-16.2017.4.01.3400 – Correção Monetária”.

No processo 008124-30.2016.4.01.3400, cópia integral em anexo, o Município de Catu relata que “é detentor de pontos de coletas e tanques ligados aos poços de petróleo e gás natural, votados à exploração petrolífera que ocorre em seus limites geográficos, estando inserido na ZONA LIMÍTROFE DA PRODUÇÃO PRINCIPAL DA PLATAFORMA CONTINENTAL” e que a demanda “visa assegurar o direito do Município Autor à percepção de 0,5% da parcela dos royalties correspondentes ao petróleo e gás natural advindo da lavra na plataforma continental (parcela marítima), de forma cumulada” (fl. 03).

No campo do direito regulatório, a ação discute o alcance da Lei n. 7.990/89, que institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, do art. 19, parágrafo único, do Decreto n. 01/91, que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990/89, da Lei n. 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, e do Decreto n. 2.705/98, que define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478.

Ademais, a discussão travada no referido processo tem como ponto fulcral o alcance e a legalidade do regulamento da Agência Nacional do Petróleo,



Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – instituído pela Portaria ANP n. 29/2001. No ponto, vale a transcrição do seguinte trecho da petição inicial do processo 008124-30.2016.4.01.3400:

“A exigência contida no transcrito § 3º, do art.2º, da Portaria ANP nº 29/2001 vem atualmente sendo aplicada à distribuição dos *royalties* feita de acordo com a Lei nº 7.990/89. E isso apesar deste diploma legal ter regras claras sobre os critérios de distribuição aplicáveis aos *royalties* de até 5% (cinco por cento) e mesmo ante a clara regra do art. 48, da Lei nº 9.478/97, que excepciona a aplicação dos critérios desta lei e dos normativos dela decorrentes aos *royalties* previstos na Lei nº 7.990/89. Ou seja, na prática a Ré paga *royalties* pela produção marítima apenas àqueles municípios detentores de instalações de embarque e desembarque, que além dessa condição sejam ainda incluídos em uma área de concessão contratada pela ANP. Portanto, a aplicação a regra restritiva constante da Portaria ANP nº 29/2001, mostra-se de franca ilegalidade, uma vez que viola as disposições da Lei nº 7.990/89 e de igual modo fere o previsto no art. 48, da Lei nº 9.478/97.”

Não há dúvidas de que a discussão travada no processo em referência, patrocinado pelo sócio do escritório recorrente, Dr. Edvaldo Nilo de Almeida (fl. 32 dos autos), é diretamente afeto às “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”, pois discute, especificamente, a aplicabilidade de regra criada pela ANP em uma portaria e o alcance desse regulamento frente à “legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”.

Ou seja, apenas com a análise desse atestado, emitido pelo Município de Catu, constata-se o cumprimento da exigência da “Área de Atuação 1”, “subitem 2”, “inciso (i)”, do edital, devendo a decisão recorrida ser revista.

Mas não é só.

O processo n. 1015597-16.2017.4.01.3400, indicado no mesmo atestado, também trata de questão relativa ao direito regulatório aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural.



Nessa ação, o Município de Catu, por meio do escritório ora recorrente, relata que a “entre o depósito e o efetivo pagamento passa-se, em média, cerca de 20 (vinte) dias, tempo esse, em que os valores ficam depositados e, provavelmente, aplicados. Contudo, quando do efetivo repasse para os beneficiários, estes recebem os valores sem as correções devidas” (fl. 3 dos autos judiciais).

Assim, o sócio do escritório recorrente, Edvaldo Nilo de Almeida, apresentou petição inicial suscitando todo o histórico regulatório que disciplina as compensações financeiras devidas aos municípios destinatários de *royalties* de petróleo e gás natural, discorrendo sobre as Leis nº 9.478/1997 e nº 7.990/1989, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos nº 2.705/1998 e nº 1/1991, para defender a incidência de correção dos valores repassados pela ANP ao município requerente.

No ponto, relevante a transcrição do seguinte trecho da petição inicial em comento (fls. 19 e 20 PJe):

Conforme demonstrado no tópico acima, efetivamente o direito dos beneficiários ao recebimento dos valores do petróleo devidamente corrigidos existe, pois há lei válida determinando tal correção. Da análise das mudanças introduzidas pela Lei 9.478/97 e pelo Decreto 2.705/98, verifica-se que o art. 47 da lei determina que "os royalties serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo...", já o art. 18 do decreto assim:

Art. 18. O valor dos royalties será apurado mensalmente por cada concessionário, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a data de início da produção do campo, e pago, em moeda nacional, até o último dia útil do mês subsequente, cabendo ao concessionário o encaminhar à ANP um demonstrativo da sua apuração, em formato padronizado pela ANP, acompanhado de documento comprobatório do pagamento, até o quinto dia útil após a data da sua efetivação. (grifo nosso)

Interpretando-se esse último artigo, depreende-se claramente que há uma data para o pagamento dos valores pertencentes ao ente municipal, esta data é o 30º (trigésimo) dia ao mês subsequente ao da produção. Obviamente, se na Lei 9.478/97 e no Decreto 2.705/98 (art. 20), houve a delegação a dois órgãos a competência para a fiscalização (ANP) e o repasse (Secretariado Tesouro Nacional) dos valores devidos, isso acarreta,



administrativamente, a necessidade de tempo para que esses órgãos façam a conferência e o repasse aos beneficiários, mas não acarreta a perda ao direito ao recebimento desses valores devidamente atualizados, haja vista que o dinheiro depositado não pertence a esses órgãos e, sim, aos beneficiários.

Destarte, o critério de correção estabelecido no art. 8º da Lei 7.990/89, acima transcrito, é o único e válido meio de se corrigir a omissão criada pela nova sistemática de repasse aos beneficiários. Não se pode deixar de esclarecer que, não obstante a inexistência do índice de correção utilizado pelo art. 8º da Lei 7.990/89, o extinto BTN, essa própria lei estabeleceu que no caso de extinção do mesmo ele deverá ser substituído por outro parâmetro de correção monetária.

Como se vê, não há dúvidas de que o escritório recorrente tem expertise em “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”.

Vale destacar, ainda, conforme informado no “Memorial Descritivo” apresentado pelo recorrente à essa comissão de licitação, que os sócios Edvaldo Nilo de Almeida, Alexandre Vicente de Paula Almeida e Frederico Mota Medeiros Segundo atuam em diversos processos judiciais na Justiça Federal em que participam a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores, a saber: 75387-79.2016.4.01.3400; 76273-78.2016.4.01.3400; 1015596-31.2017.4.01.3400; 76276-33.2016.4.01.3400; 75400-78.2016.4.01.3400; 74609-12.2016.4.01.3400; 1012886-38.2017.4.01.3400; 1015597-16.2017.4.01.3400; 74613-49.2016.4.01.3400; 18999-25.2017.4.01.3400; 75391-19.2016.4.01.3400; 75388-64.2016.4.01.3400; 18998-40.2017.4.01.3400; 74610-94.2016.4.01.3400; 77301-81.2016.4.01.3400; 18889-41.2017.4.01.0000; 15839-07.2017.4.01.0000; 19400-39.2017.4.01.0000; 18588-94.2017.4.01.0000; 18590-64.2017.4.01.0000; 19000-10.2017.4.01.3400; 18312-48.2017.4.01.3400; 0077323-42.2016.4.01.3400; 0076272-93.2016.4.01.3400; 74614-34.2016.4.01.3400; 74615-19.2016.4.01.3400; 75389-49.2016.4.01.3400; 0075400-78.2016.4.01.3400; 0074611-79.2016.4.01.3400; 1003187-23.2017.4.01.3400; 1011682-22.2018.4.01.3400; 1021901-94.2018.4.01.3400; 44216-07.2016.4.01.3400; 1001178-54.2018.4.01.3400;



29620-18.2016.4.01.3400; 19015-76.2017.4.01.3400; 65134-32.2016.4.01.3400;
0022796-09.2017.4.01.3400; 61758-38.2016.4.01.3400; 61757-
53.2016.4.01.3400; 62462-51.2016.4.01.3400; 61759-23.2016.4.01.3400; 62463-
36.2016.4.01.3400; 62465-06.2016.4.01.3400; 62464-21.2016.4.01.3400;
8209.79.2017.4.01.3400; 7461-47.2017.4.01.3400; 12365-47.2016.4.01.3400;
0008124-30.2016.4.01.3400; 7930-30.2016.4.01.3400; 53583-55.2016.4.01.3400;
53582-70.2016.4.01.3400; 1012887-23.2017.4.01.3400; 0003267-
04.2017.4.01.3400; 1007115-45.2018.4.01.3400; 1010098-17.2018.4.01.3400;
1017567-17.2018.4.01.3400; 1017632-12.2018.4.01.3400; 1020269-
33.2018.4.01.3400; 1020737-94.2018.4.01.3400; 1021852-53.2018.4.01.3400;
1021854-23.2018.4.01.3400; 1021878-51.2018.4.01.3400; 1021906-
19.2018.4.01.3400; 1022571-35.2018.4.01.3400; 1022570-50.2018.4.01.3400;
1013819-74.2018.4.01.3400; 1001167-25.2018.4.01.3400; 1018538-
17.2018.4.01.0000; 1003954-76.2017.4.01.0000; 16314-55.2011.4.01.3400;
48401-06.2016.4.01.0000; 64187-90.2016.4.01.0000; 0011062-
18.2004.4.01.3400; 0042095-06.2016.4.01.3400; 0068686 20.2016.4.01.0000;
39168-82.2016.4.01.0000; 69184-19.2016.4.01.0000; 1010243-
25.2017.4.01.0000; 20892-66.2017.4.01.0000; 0042996-52.2017.4.01.0000;
0032747-42.2017.4.01.0000; 68340-69.2016.4.01.0000; 64722-
19.2016.4.01.0000; 0016825-58.2017.4.01.0000; 71924-47.2016.4.01.0000;
16580-47.2017.4.01.0000; 3053-28.2017.4.01.0000; 64820-04.2016.4.01.0000;
64821-86.2016.4.01.0000; 0001771-56.2011.4.01.3300; 0017072-
39.2017.4.01.0000; 11014-54.2016.4.01.0000; 0053328-78.2017.4.01.0000;
39187-88.2016.4.01.0000; 3963-74.2016.4.01.3400; 0035176-79.2017.4.01.0000;
0016022-75.2008.4.01.3400; 68211-83.2015.4.01.3400; 1770-71.2011.4.01.3300;
30572-46.2015.4.01.0000; 55364-30.2016.4.01.0000; 54512-06.2016.4.01.0000;
2008.34.00.012520-2; 0033738-18.2008.4.01.3400; 0015517-84.2017.4.01.0000;
14061-55.2015.4.01.3400; 1011742-10.2018.4.01.0000; 1030887-
52.2018.4.01.0000; 1030888-37.2018.4.01.0000; 1031021-79.2018.4.01.0000;
15684-23.2016.4.01.3400; 1029744-28.2018.4.01.0000.



O atestado abaixo corrobora a ampla atuação do escritório ora recorrente em inúmeras ações judiciais relacionadas à “recuperação, incremento e acompanhamento dos repasses de royalties feitos pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, de forma satisfatória, com liminares e sentenças favoráveis, desde 2014 até o presente momento”.

**ATESTADO DE COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOCATÍCIOS E TÉCNICOS DE NATUREZA JURÍDICA**

Atesto, para os devidos fins, que o escritório **NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica com sede na Q. SAUS QUADRA 5, BLOCO K, SALAS 812 a 817, Ed. OK Office Tower, inscrita no CNPJ sob o nº 22.964.948/0001-08, bem como o sócio Dr. **Edvaldo Nilo de Almeida**, inscrito na OAB/DF nº 29.502, prestaram serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica contenciosa judicial para recuperação, incremento e acompanhamento dos repasses de royalties feitos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis., de forma satisfatória, com liminares e sentenças favoráveis, desde 2014 até o presente momento à CORDEIRO, LARANJEIRAS E MAIA ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 07.710.758/0001-62, com sede à Rua Padre Carapuceiro, 706, sala 302, Boa Viagem, em Recife – Pernambuco, CEP 51011-010.

Brasília, 14 de maio de 2018.

Sócio Administrador

**LUIZ OTAVIO
LARANJEIRAS LINS**

Assinado de forma digital por
LUIZ OTAVIO LARANJEIRAS LINS
Dados: 2018.05.15 18:16:40
-03'00'

Senhores julgadores, **não há como se discutir recuperação, incremento e repasse de royalties feitos pela ANP sem o conhecimento profundo dos regulamentos do setor do petróleo e gás natural. É evidente que**



esse atestado também comprova que o advogado sócio do escritório ora recorrente tem expertise em “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”.

Ainda que ignorado os atestados fornecidos pelo Município de Catu e pelo escritório Cordeiro, Laranjeiras e Maia Advogados, **não poderia a comissão licitante da PPSA ter ignorado o atestado apresentado pela Odebrecht Óleo e Gás S.A. (Ocyan) em favor do advogado Alexandre de Aguiar Cezimbra**, integrante da equipe do escritório ora recorrente, assim redigido:






NILO & ALMEIDA
ADVOGADOS ASSOCIADOS



DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E TÉCNICOS DE NATUREZA JURÍDICA

Declaro, a pedido do interessado e para os fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o Dr. **ALEXANDRE DE AGUIAR CEZIMBRA**, advogado inscrito na OAB/RJ 167.536, ex-empregado da **ODEBRECHT ÓLEO E GÁS S.A. (OCYAN)**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 08.091.102/0001-71, com sede na Av. Cidade de Lima, n. 86, Santo Cristo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de advogado interno da empresa, prestou serviços técnicos de natureza jurídica na área de óleo e gás, incluindo questões de direito societário, direito bancário, direito internacional e comparado, com ênfase em estruturação de sociedades offshore; estruturação de financiamentos de projetos (project finance) internacionais; gestão de projetos de óleo e gás, análise e negociação de contratos com a Petrobras incluindo contratos de unidades marítimas de produção (FPSO); análise e elaboração de contratos com fornecedores de produtos e serviços; apoio jurídico à área financeira na captação de financiamentos corporativos (corporate finance); reestruturação de dívidas da companhia; apoio a elaboração de programas de integridade e conformidade; licitações e contratos administrativos; além de licitações e contratos internacionais, de forma satisfatória.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2018.



ODEBRECHT ÓLEO E GÁS S.A. (OCYAN)
GUILHERME PACHECO DE BRITTO
Diretor Jurídico

ocyan-sa.com  [ocyan.sa](https://www.facebook.com/ocyan.sa)  [ocyan-sa](https://www.linkedin.com/company/ocyan-sa)

Sede • Ocyan

Edifício Novocais da Porto
Av. Cidade de Lima, nº 86
Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ
20220-710 • +55 21 3850-6001

Base Macaé UN-Perfuração

Alameda Jequitibá, nº 30
Granja dos Cavaleiros
Macaé – RJ
27930-070 • +55 22 2763-8174

Base Macaé UN-Serviços Integrados

Rodovia Amaral Peixoto, s/nº - km 167
Fazenda São José Mutum
Imboassica • 27925-290
+55 22 2757-9000 FAX +55 22 2757-9029

Como se vê, há comprovação de que o referido advogado atuou
intensamente como Gerente Jurídico da Ocyan S.A. (antiga Odebrecht Óleo & Gás



S.A.), desenvolvendo “gestão de projetos de óleo e gás, análise e negociação de contratos com a Petrobras, incluindo contratos de unidades marítimas de produção (FPSO)”. Assim, demonstra-se a participação intensa do advogado em “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”, ao contrário do que fez crer a decisão ora recorrida.

Foi apresentado, ainda, de modo a comprovar a expertise do escritório na área de regulação em petróleo e gás, atestado da empresa Liderroll Indústria e Comércio de Suportes Estruturais Ltda., nos seguintes termos:





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

LIDERROLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPORTES ESTRUTURAIS LTDA, pessoa jurídica situada na Praça José Bonifácio, nº. 228, Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ | CEP: 25.055-280, inscrita no CNPJ sob nº. 09.058.905/0001-97, Inscrição Municipal nº. 78.361.735, e-mail: liderroll@liderroll.com.br, neste ato representada por Paulo Roberto Gomes Fernandes, brasileiro, Engenheiro Eletricista, inscrito no CPF/MF sob o nº. 778.307.337-91, portador da carteira de identidade nº. 85.102.385-2, expedido pelo CREA-RJ, em 16/05/1995, vem, por meio desta, atestar, que a empresa possui, como objeto social, dentre outros, a fabricação e comercialização de equipamentos e serviços relacionados execução de obras de instalação, construção e montagem no setor de óleo e gás.

A empresa LIDERROLL vem desde 2008 atuando no mercado internacional, presente em diversos países, em especial CANADÁ e ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICAS. No Canadá, inclusive é referendada pelo seu próprio Governo daquele País como empresa de excelência para fornecimento de produtos e serviços no seguimento de óleo e gás.

No ano de 2011, a Liderroll foi a vencedora do *Global Pipeline Award*, promovido pela *American Society of Mechanical Engineers (ASME)*, que PREMIA a empresa que DESENVOLVE e apresenta a melhor solução de engenharia para a indústria dutoviária, naquele ano a Liderroll foi considerada a **melhor Empresa do Mundo**.

LIDERROLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPORTES ESTRUTURAIS LTDA

FÁBRICA / FACTORY
Praça José Bonifácio, 228 – J. Gramacho
Duque de Caxias – RJ – CEP: 25.055-280
Tel/Fax: (21) 2671-9713
liderroll@liderroll.com.br

SEDE / HEAD OFFICE
Rua Mariz e Barros, 1001/401 – Maracanã
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.270-004
Tel/Fax: (21) 2568-0202
liderroll@akyzo.com.br





Neste ato, Registra com o presente atestado, para fins de comprovação junto à A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA, que o escritório de advocacia FERNANDES & FREITAS ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.621.651/0001-31, com endereço na Rua Mariz e Barros, nº 1.001, Grupo 507, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.270-004, na pessoa do advogado; Dr. **LEONARDO LYRIO DE FREITAS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ 143.413**, que o referido profissional apresenta capacidade técnica, física e operacional para o desenvolvimento das matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural, com elaborações, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, primando sempre pela tradução juramentada; bem como na elaboração, revisão, análise e negociação de propostas de fornecimento de produtos, serviços e compra de consumíveis e equipamentos, tendo atuado para o declarante, de forma totalmente satisfatória, em avaliação de convites, confecção de propostas comerciais e contratos de prestação de serviços internacional da empresa, bem como no Brasil.

Os serviços prestados tiveram, igualmente, que levar em consideração, tanto a legislação internacional, como a legislação brasileira com fito na equalização dos direitos, obrigações e deveres, preservando todas as áreas de interesse da empresa no tocante a comercialização de equipamentos e/ou serviços, concorrendo os serviços prestados, desde o ano de 2012, com atuação no Brasil, EUA e Canadá, participando presencialmente no exterior, de eventos, congressos, acompanhando todas as reuniões para a negociação e confecção de instrumentos contratuais de fornecimento, gerenciamento e/ou prestação de serviços técnicos, mesmo que ainda não concretizados, demonstrando a execução com qualidade, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional, com as obrigações assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional para a execução do que foi proposto.

Como se vê, a empresa fornecedora do atestado deixou expresso que o advogado Leonardo Lyrio de Freitas, integrante do escritório recorrente, apresenta “capacidade técnica (...) para o desenvolvimento das matérias



relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural, com elaborações, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural”. O atestado informa, ainda, que os serviços prestados tiveram que levar em consideração “tanto a legislação internacional, como a legislação brasileira”.

Ora, se o advogado tem capacidade técnica para executar serviços jurídicos voltados “para o setor de petróleo e gás natural” bem como para interpretar, negociar e elaborar instrumentos contratuais “do setor de petróleo e gás natural”, como desenvolver todas essas competências sem conhecimento do direito regulatório desse setor?

É óbvio que o atestado em referência comprova que o mencionado advogado executou serviços anteriores afetos às “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”, ao contrário do que concluiu a decisão recorrida.

Por fim, vale fazer referência ao atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa IHC do Brasil Serviços Técnicos e de Engenharia Ltda. Esse atestado comprova que o advogado Ronald Farias da Rocha apresenta capacidade técnica para o desenvolvimento do objeto do edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018. Nesse sentido, o atestado:





NILO & ALMEIDA
ADVOGADOS ASSOCIADOS



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

IHC DO BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS E DE ENGENHARIA LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.600.765/0001-28, com endereço na Rua da Assembleia 10, sala 3511, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011-901, parte integrante do grupo econômico da **IHC HOLLAND BV**, com sede em Smitweg 6, 2961 AW Kinderdijk, Holanda, neste ato representada por **RODRIGO PIZZINI PATE**, portador da identidade nº 11753850-4, inscrito no CPF sob o nº 092.271.957-85, vem, por meio desta, atestar, que o grupo possui, como objeto social, dentre outros, a comercialização de equipamentos e serviços relacionados à exploração de petróleo e gás natural.

Registra com o presente atestado, para fins de comprovação junto à **A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**, que a **CONSULTORIA ROCHA, TEIXEIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.056.467/0001-30, com endereço na Av. Rio Branco 143, 14º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-006, na pessoa do advogado **RONALD FARIAS DA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ 85.073, apresenta capacidade técnica, física e operacional para o desenvolvimento objeto do edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, tendo atuado para o ora declarante, de forma totalmente satisfatória, em contratos de prestação de serviços e afretamento internacional do grupo e no território brasileiro.

Os serviços prestados tiveram que levar em consideração, tanto a legislação internacional, como a legislação brasileira, na áreas de interesse do grupo, para a comercialização de equipamentos e/ou serviços, concorrendo os serviços prestados, desde o ano de 2016, para a negociação e confecção de instrumentos contratuais de afretamento, gerenciamento e/ou prestação de serviços técnicos, demonstrando a execução com qualidade, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional e da empresa de consultoria, com as obrigações assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Rio de Janeiro 16 de outubro de 2018


RODRIGO PIZZINI PATE
Diretor

Demonstra-se, desse modo, que o escritório recorrente cumpriu sim o requisito do edital que exige "2) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou declarações (...) os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada: (i) questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; E (...)"



Ainda que houvesse dúvidas acerca do alcance dos atestados acima indicados, o que se admite apenas para argumentar, deveria a comissão de licitação ter promovido diligência, de modo a esclarecer o alcance dos atestados, **conforme determina o próprio Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA**, que assim prevê:

Art. 52 - A qualquer tempo e em qualquer modalidade de Licitação, **caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, podendo ser instaurado por iniciativa da Comissão de Licitação, do Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, conforme aplicável, a quem caberá descrever a forma pela qual serão realizadas as diligências. §1º - A diligência poderá ser realizada in loco, por carta ou e-mail, por contato telefônico, através de consultas à Internet ou ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.
(...) – grifou-se

A realização de diligências é amplamente recomendada pelo Tribunal de Contas da União nas hipóteses de dúvidas que envolvam o cumprimento de requisitos técnicos descritos no edital e apresentados nos atestados pelos licitantes, conforme os casos que seguem:

- 9.1. [...] conhecer desta Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
- 9.2. determinar ao Centro de Inteligência do Exército - CIE que, nos próximos certames, ao constatar incertezas sobre atendimento pelas licitantes de requisitos previstos em lei ou edital, especialmente as dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, **utilize do seu poder-dever de promover diligências**, previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios; (Acórdão 3418/2014 – Plenário, Data da sessão 03/12/2014, Relator MARCOS BEMQUERER)

A ausência de dano decorreu de ação alheia à vontade do recorrente, cujos atos praticados foram irregulares e com risco potencial de dano ao erário. Como demonstrou a Serur, não havia qualquer impedimento estatutário à participação da [empresa], que foi desclassificada por motivo injustificado, uma vez que uma simples diligência poderia ter esclarecido as dúvidas quanto ao



atendimento do subitem 7.2.2 do edital do certame. Apesar do recorrente entender que tal diligência não seria devida, em face do §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993, **a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de condenar a inabilitação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por diligência**, sem que essa pesquisa se constitua inserção de documento novo ou afronta à isonomia. Ademais, o próprio edital do certame em questão, em seu item 11.5, previa a possibilidade de o pregoeiro solicitar informações acerca das características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo e fabricante (peça 2, p. 8). (Acórdão 918/2014 – Plenário, Data da sessão 09/04/2014, Relator AROLDO CEDRAZ)

Assim, ainda que a comissão de licitação entendesse haver dúvidas quanto ao alcance dos atestados, deveria ter aplicado o art. 52 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, para promover diligências nos números de processos acima indicados e nas empresas emitentes dos atestados para constatar que os advogados do escritório recorrente realmente têm a expertise exigida.

5. DA INTERPRETAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL SOB O ENFOQUE DA LEI N. 13.303/16: PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO.

A Lei n.º 13.303/16 deixa claro que as licitações das empresas estatais são regidas pelas suas disposições, e não pelas disposições da Lei n.º 8.666/93. Nesse sentido, o seguinte dispositivo¹:

“Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista,

¹ Também a doutrina é clara no mesmo sentido: “Nessa contenda, a Constituição reconheceu a necessidade de as empresas estatais serem disciplinadas por uma *lei geral de licitações própria*, que considerasse as peculiaridades de estrutura e de atuação empresarial das empresas estatais. Ao dispor sobre o procedimento licitatório nas empresas estatais, a Lei n. 13.303/2016 se apresenta como efetiva lei geral de licitações para as empresas estatais, de qualquer esfera federativa. Às empresas estatais não se aplica, nem subsidiariamente, a Lei n. 8.666/93, ressalvados os casos em que a Lei das Empresas Estatais tenha expressamente prevista a incidência desta lei, a exemplo do que se verifica em seu art. 41” (Florian de Azevedo Marques Neto e Juliana Bonacorsi de Palma, na obra *Estatuto Jurídico das Estatais – Análise da Lei n. 13.303/2016*, coordenada por Min. João Otávio de Noronha, Ana Fazio e Daniel Augusto Mesquita, Ed. Fórum, p. 249).



inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação **nos termos desta Lei**, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30”.

A Lei n.º 8.666/93 é pautada pelo formalismo e pela rigidez, privilegiando a forma sobre o conteúdo. A Lei n.º 13.303/16, por outro lado, tem outras diretrizes, através das quais se privilegia a eficiência, a garantia do cumprimento das obrigações contratadas, a busca da maior vantagem competitiva para a estatal etc. (art. 32). Todas essas diretrizes culminam em um processo de contratação menos rígido, que privilegia o conteúdo sobre a forma.

A esta altura, cabe destacar o que ensinam os juristas Floriano de Azevedo Marques Neto e Juliana Bonacorsi de Palma, na obra Estatuto Jurídico das Estatais – Análise da Lei n. 13.303/2016, coordenada por Min. João Otávio de Noronha, Ana Fr azão e Daniel Augusto Mesquita, Ed. Fórum:

“Diferentemente da Lei nº 8.666/93, a Lei das Empresas Estatais não trabalha com *documentos fechados*, com a listagem pormenorizada de todos os documentos que devem ser apresentados pelas licitantes. Antes, esta lei articula a habilitação em torno de ‘parâmetros’, quais sejam: documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações (inc. I); qualificação técnica, que se restringe ao que for relevante técnica ou economicamente (inc. II); capacidade econômico-financeira (inc. III); e recolhimento de quantia como forma de adiantamento nas licitações de maior oferta de preço (inc. IV). Assim, cabe ao licitante apresentar os documentos que entenda serem suficientes para satisfazer os requisitos jurídico, técnico e econômico-financeiro. E caberá à autoridade pública, por sua vez, avaliar se os documentos apresentados são de fato suficientes.” (p. 267)

Constata-se, assim, que vige nas licitações regidas pela Lei n. 13.303/16 o princípio do formalismo moderado.

Nesse contexto, o vetor de interpretação da Lei n.º 13.303/16 é o de que a aferição dos documentos de habilitação deve-se pautar pela comprovação de



que o licitante tem capacidade técnica para executar as parcelas relevantes do objeto apresentado no edital. Essa imposição legal consta do seguinte artigo:

“Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;”

Essa interpretação, de que somente se pode exigir requisito de habilitação que seja capaz de comprovar a capacidade do futuro contratante de executar o contrato, decorre também da redação da própria Constituição Federal, que assim estabelece em seu art. 37, XXI:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A partir da leitura do texto constitucional constata-se que esse dispositivo tem dois propósitos: (a) declarar inconstitucional exigência que não seja relevante para comprovar que o licitante tem capacidade para cumprir as obrigações contratuais e (b) impor como vetor constitucional de interpretação dos atestados apresentados a aferição da efetiva possibilidade técnica do licitante de cumprir com as obrigações contratuais.

No caso em análise, a questão não é a exigência de documento de habilitação em si, mas sim **a interpretação a respeito dos inúmeros documentos de habilitação devidamente apresentados pelo licitante.**

Nesse caso, a interpretação da exigência do edital deve ser teleológica, ou seja, deve ser promovida com o fim de verificar se a documentação



apresentada realmente comprova que o licitante tem a aptidão técnica para executar o objeto licitado.

Conforme observado acima, o escritório ora Recorrente apresentou diversas certidões a respeito de sua plena capacidade para atuar em “questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”. Não se pode afastar o escritório recorrente do certame por eventual interpretação literal do texto apresentado nos atestados quando os mesmos atestados apresentados revelam a efetiva atuação de diversos membros do escritório em questões regulatórias afetas ao petróleo e ao gás natural.

A situação aqui apresentada é **ANÁLOGA À VERIFICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1795/2015** – Plenário. Naquela oportunidade, o TCU, a partir do voto do Ministro José Múcio Monteiro, entendeu que a Administração deve adotar o **princípio do formalismo moderado** na verificação dos documentos de habilitação, de modo **a evitar a exclusão de licitante em razão da suposta ausência de requisito de habilitação que conste implicitamente dos documentos apresentados**.

No ponto, seguem o enunciado e o resumo do caso fornecido pelo próprio Tribunal de Contas da União²:

Enunciado

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.

Resumo

Representação de licitante (escritório de advocacia) apontara suposta irregularidade em concorrência promovida pela Celg Distribuição S.A. para contratação de serviços advocatícios. Alegara o escritório representante que teria sido indevidamente

2

https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/12/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-17058/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDAO%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/false/1



inabilitado no certame em função de eventual insuficiência de sua infraestrutura física, mesmo após ter comprovado, em sede de recurso administrativo, possuir a infraestrutura mínima exigida no edital. Em sede de oitiva, a Celg informou que o licitante não atendera ao edital, uma vez que “fez juntar “Declaração de Disponibilidade Técnica” (...) de forma genérica, deixando de mencionar a existência de linhas telefônicas”. Complementou que “tal ocorrência denota falta de atenção, sem contar ainda o fato de os demais licitantes terem atendido tal item, conforme a regra do edital”. Ao rejeitar as justificativas da Celg, o relator destacou que “a “Declaração de Disponibilidade Técnica” apresentada pelo licitante, conquanto não tenha declarado explicitamente possuir uma linha telefônica, continha, em seu rodapé, o endereço completo e o número de telefone de sua sede, suprindo, de forma indireta, a exigência”. Acrescentou o relator que, “se mesmo assim, ainda pairassem dúvidas sobre o fato, a CELG poderia ter requerido esclarecimentos complementares, como previsto no art. 43 da Lei 8.666/1993”. **Nesse sentido, concluiu que “a decisão de excluir o representante pela ausência de informação que constava implicitamente em sua documentação revela-se como formalismo exagerado por parte dos responsáveis pela análise do certame, com prejuízo à sua competitividade”. O Tribunal, alinhado ao voto da relatoria, considerou procedente a Representação, fixando prazo para que a Celg adotasse “as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de desconstituir o ato de inabilitação do escritório”.** (Acórdão 1795/2015 – Plenário, Data da sessão 22/07/2015, Relator JOSÉ MÚCIO MONTEIRO)

EM RECENTE CASO, julgado neste ano de 2018, relativo à sociedade de economia mista Eletronorte, **TAMBÉM REGIDA PELA LEI N. 13.303/16**, o mesmo Tribunal de Contas da União também aplicou o princípio do formalismo moderado para a aceitação do conteúdo dos atestados que comprovavam experiência técnica em detrimento da redação literal dos mesmos.

In verbis:

“Análise técnica:

62. Tendo em vista a análise feita pela comissão de licitação (peça 27, p. 70-86) e a resposta à oitiva trazida pela Eletronorte (peças 25-27) , passa-se, a seguir, ao exame pormenorizado dos argumentos sobre a suposta ausência de comprovação de experiência técnica por parte de profissionais ligados à Gonçalves Neto, bem como sobre a falta de comprovação de experiência por parte da própria empresa licitante.
(...)



65. No presente caso concreto, a Eletronorte, em um primeiro momento, aparentemente valeu-se do princípio do formalismo moderado, tendo classificado as três licitantes para a etapa de abertura das propostas. Contudo, em um segundo momento, a desclassificação da representante por não cumprimento de alguns requisitos constantes no edital, sob a alegação de obediência ao princípio da vinculação ao edital, mostrou-se repleta de excesso de formalismo e rigor. Em que pese o edital ter exigido que o licitante indicasse explicitamente o desempenho das atividades requeridas sob pena de desclassificação, tal dispositivo não deveria ser interpretado de forma tão restritiva, sob pena de inviabilizar a ampla concorrência e a busca da proposta mais vantajosa para a administração em face de formalismos desproporcionais que não expressam a capacidade técnica e operacional das licitantes.

66. Este Tribunal já se manifestou diversas vezes acerca da necessidade de aplicação de formalismo moderado nos procedimentos licitatórios – Acórdãos 3381/2013-TCU-Plenário, da relatoria do Min. Valmir Campelo, 11907/2011-TCU-Segunda Câmara, da relatoria do Min. Augusto Sherman, 7334/2009-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do Min. Augusto Nardes e 2826/2009-TCU-Plenário, da relatoria do Min. José Múcio Monteiro.

67. Havendo dúvidas, em busca da proposta mais vantajosa e do apregoadado formalismo moderado, a Eletronorte deveria ter, amparada pelo art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, promovido diligências para esclarecimento ou complementação do processo ao invés de sumariamente desclassificar a representante.

(...)

Voto:

35. Concluo essa parte do meu Voto destacando, como demonstrou a SeinfraElettrica, que **a Eletronorte, por vezes, e até de forma contraditória, lançou mão de um excesso de formalismo e rigor, sob a alegação de obediência ao princípio da vinculação ao edital, quando poderia ter lançado mão, por exemplo, de diligências para sanar dúvidas relativas à capacitação dos licitantes.** Agindo dessa maneira, pode-se inviabilizar a ampla concorrência e a busca da proposta mais vantajosa para a administração, em face de formalismos desproporcionais que não expressam, de fato, a capacidade técnica e operacional das licitantes.

36. Não custa repisar que este Tribunal já se manifestou diversas vezes acerca da necessidade de aplicação de formalismo moderado nos procedimentos licitatórios (e.g. Acórdãos 2826/2009 e 3381/2013, do Plenário, 11907/2011, da Segunda Câmara e 7334/2009-TCU, da Primeira Câmara)” (ACÓRDÃO 581/2018 – PLENÁRIO, Relator AROLDO CEDRAZ, Processo 032.203/2017-9, Data da sessão 21/03/2018, grifou-se)



Nesse contexto, não há dúvidas de que deve essa comissão de licitação aplicar o princípio do formalismo moderado para avaliar o conteúdo dos atestados apresentados em detrimento de sua redação literal e, se houver dúvida, aplicar o procedimento de diligência, de modo a esclarecer o alcance dos atestados, conforme determina o art. 52 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA.

6. FUNDAMENTO SUBSIDIÁRIO: DAS CARACTERÍSTICAS DO CADASTRAMENTO E DA POSSIBILIDADE DE ACEITAÇÃO DE NOVOS CADASTRADOS A QUALQUER TEMPO.

A contratação de pessoas físicas ou jurídicas por meio do cadastramento/credenciamento ainda não tem seu procedimento previsto expressamente no ordenamento³, mas tem ampla aceitação no âmbito da doutrina e do Tribunal de Contas da União, porquanto representa uma hipótese de contratação inexigível e, portanto, fundamentada no art. 25 da Lei n. 8.666/93 e no art. 30 da Lei n. 13.303/16.

A Lei n. 13.303/16 prevê o instituto do cadastramento no art. 63, II, mas não regulamentou o seu procedimento.

Por meio cadastramento ou credenciamento, a Administração se dispõe a cadastrar todos os fornecedores possíveis de determinado produto ou serviço, que atendam as condições de habilitação, fixando previamente o preço que se dispõe a pagar, dentro dos parâmetros do mercado. Assim, não há competição entre fornecedores, pois todos eles serão contratados pela Administração.

³ O PL 6814/2017, já aprovado no Senado Federal e em trâmite na Câmara dos Deputados, revoga a Lei n. 8.666/93 e prevê o procedimento do chamamento.



Se não há competição, resta preenchido o requisito da inviabilidade de competição, previsto no *caput* dos mencionados dispositivos da Lei n. 8.666/93⁴ e da Lei n. 13.303/16⁵.

Nesse sentido, a doutrina de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, fixando ela própria o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação. É a figura do "credenciamento", que o Tribunal de Contas da União vem recomendando para a contratação de serviços médicos, jurídicos e de treinamento.” (Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5. ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532)

Esse foi o entendimento consagrado pelo Tribunal de Contas da União nos seguintes julgados: Acórdão n. 141/2013 – Plenário, Acórdão 351/2010 – Plenário e Acórdão n. 1545/2017 – Plenário.

Assim, se o PRÉ-SAL Petróleo S.A. se dispõe a cadastrar todos os escritórios capacitados para prestar os serviços jurídicos indicados no edital em referência, possível é o enquadramento no art. 25 da Lei n. 8.666/93 e nos arts. 30 e 63, II, da Lei n. 13.303/16.

O cadastramento, contudo, por ser uma hipótese que foge à regra da obrigatoriedade da licitação, **deve seguir requisitos já estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, dentre os quais: permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas.**

Esse requisito consta expressamente da Decisão 656/95. Vejamos:

“1 - dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo também a Administração utilizar-se, suplementarmente e a

⁴ Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

⁵ Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:



qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

2 - fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais, clínicas e laboratórios que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento;

3 - fixar, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços médicos e laboratoriais e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;

4 - consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex.) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados;

5 - estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados;

6 - permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas;

7 - prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;

8 - possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e

9 - fixar as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco).”⁶

⁶ Requisitos análogos também foram reconhecidos pela AGU no Parecer nº 07/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

“13. A fim de prezar pelos aspectos essenciais do credenciamento, de modo a não o desnaturar nem o utilizar de forma indevida, é importante atentar para algumas diretrizes, abaixo apresentadas, cuja aplicação dependerá do caso concreto:

a. haja possibilidade de contratação de quaisquer dos interessados que satisfaçam às condições exigidas;

b. o preço de mercado seja razoavelmente uniforme e que a fixação prévia de valores seja mais vantajosa para a Administração, devendo ficar demonstrada nos autos a vantagem ou igualdade dos valores definidos em relação aos preços de mercado;

c. seja dada ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, sem prejuízo do uso adicional de outros meios que se revelem mais adequados ao caso;

d. sejam fixados os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se;



No âmbito da empresa PPSA, o cadastramento está previsto no art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, que assim dispõe:

Do Cadastramento

Art. 71 - Os registros cadastrais poderão ser mantidos para efeito de habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e serão válidos por 2 (dois) anos, no máximo, podendo ser atualizados a qualquer tempo.

§1º - Os registros cadastrais serão amplamente divulgados e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.

(...)

Como se vê, no âmbito da PPSA o cadastramento é **permanentemente aberto** para a inscrição de interessados que satisfaçam as condições de habilitação.

Assim, diante da natureza do cadastramento, **nada impede que a PPSA, caso não acolha os argumentos apresentados nos itens anteriores, admita a juntada posterior de atestados para inscrever o escritório recorrente na lista dos cadastrados na licitação em referência.**

Apesar de os atestados anteriormente apresentados já comprovarem a expertise do escritório em temas regulatórios de petróleo e gás natural, conforme

-
- e. seja fixada, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços;
 - f. sejam estabelecidas as hipóteses de descredenciamento;
 - g. seja prevista a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;
 - h. a possibilidade de credenciar-se fique aberta durante todo o período em que a Administração precisar dos serviços, conforme fixado em Edital, cuja minuta deve ser analisada pela respectiva assessoria jurídica;
 - i. a possibilidade de os usuários ou administrados denunciarem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;
 - j. sejam fixados critérios objetivos de distribuição da demanda, por exemplo, sorteio público, excluindo-se os sorteados anteriormente, escolha pelo próprio usuário-interessado etc.



amplamente defendido acima, os atestados que serão juntados posteriormente contêm a literalidade do que foi apontado na decisão ora recorrida.

Assim, de um modo ou de outro, deve o escritório recorrente ser cadastrado perante a PPSA.

7. CONCLUSÃO E PEDIDOS.

Ante o exposto, é o presente recurso para requerer:

- a) Que essa comissão de licitação reconsidere a decisão recorrida para se admitir o cadastramento do recorrente, diante da apresentação de declaração em que o mesmo se compromete a estabelecer escritório na cidade do Rio de Janeiro na data da assinatura do contrato;
- b) Que a mesma comissão, em atenção ao princípio do formalismo moderado, admita o conteúdo dos atestados anteriormente apresentados ou, ao menos, promova as diligências acima sugeridas, para constatar que os advogados que compõem o escritório ora recorrente, efetivamente, possuem experiência comprovada nos serviços da Área de Atuação 1, “(i) questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural”;
- c) Caso os argumentos acima não sejam considerados, em caráter subsidiário, requer seja autorizada a juntada posterior de atestados que contenham a literalidade da exigência objeto deste recurso, para admitir o cadastramento do escritório requerente, em atenção ao art. 71, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA.

Nesses termos,

E. deferimento.



Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018.

Daniel Augusto Mesquita

OAB-DF n. 26.871

Edvaldo Nilo de Almeida

OAB-DF n. 29.502



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/148D-865F-12EE-0D0E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 148D-865F-12EE-0D0E



Hash do Documento

FD42613D7CC375F9D75984642694DA8F35C0F600F4A8BB0D3D3B57787991853D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/12/2018 é(são) :

☒ Edvaldo Nilo De Almeida - 808.872.955-68 em 10/12/2018 20:29

UTC-02:00

Tipo: Certificado Digital

